

**PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO  
GRUPO TEMÁTICO IV**

**QUESTÃO 1 – Valor: 4 (quatro) pontos. Máximo: 60 (sessenta) linhas.**

O órgão do Ministério Público, em comarca do interior, promoveu arquivamento de inquérito civil público, relativo à notícia de uso de bem público por particular, sem contraprestação e fora dos permissivos legais, entendendo restar ausente qualquer vício.

Segundo o relato por ele apreciado, em setembro de 2020, o chefe do Poder Executivo local teria autorizado a utilização de espaço público (ginásio) para realização de evento privado, consistente em feira de alimentação e bebidas promovida pela empresa XXX, que foi a responsável pela escolha dos expositores.

Não houve cobrança de ingresso ao público, mas o evento se destinava à venda de comidas e bebidas aos visitantes e ocorreu no citado local por 15 (quinze) dias.

Em sua promoção de arquivamento, o órgão do Ministério Público considerou a ausência de lesão ou prejuízo ao erário e a não caracterização da prática de improbidade administrativa.

Submetido o ato ao crivo do Conselho Superior, o procedimento não teve seu arquivamento homologado, tendo sido aprovado, por unanimidade, o voto do Relator, que discordou da solução dada pela origem, entendendo restar demonstradas a ausência de publicidade e a frustração, em ofensa à imparcialidade, de caráter competitivo e concorrencial de licitação, em benefício da empresa. Asseverou, ainda, que o evento ocorreu durante pleito eleitoral, de modo a gerar um inequívoco favorecimento ao então prefeito, que era candidato à reeleição.

O feito foi devolvido à origem, com designação de novo membro para celebração do devido Acordo de Não-Persecução Cível.

Ante tais contornos, elabore o ANPC, atento às circunstâncias fático-jurídicas expostas.

**QUESTÃO 2 – Valor: 2 (dois) pontos. Máximo: 15 (quinze) linhas.**

Defina e correlacione os conceitos de “capacidade institucional” do Poder Judiciário e de risco sistêmico de decisões judiciais no âmbito da tutela coletiva da saúde pública.

**PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO  
GRUPO TEMÁTICO IV**

**QUESTÃO 3 – Valor: 2 (dois) pontos. Máximo: 15 (quinze) linhas.**

O Estado de Minas Gerais celebrou, no curso de ação judicial, compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais visando à progressiva ampliação de vagas da rede pública destinadas ao Ensino Médio nas escolas estaduais para o período de 2022 a 2025.

O ajuste foi homologado judicialmente em 16/11/2021. A sentença julgou adequadas as condições estabelecidas e resolveu o mérito, transitando em julgado.

Inconformada com o mérito, a Associação de Pais dos Estudantes de Escolas Estaduais (constituída em 1998) pretende impugnar o seu conteúdo em 05/12/2022.

Responda:

a) qual o instrumento processual adequado para a impugnação dos termos do compromisso de ajustamento de conduta na esfera judicial? Justifique e aponte o dispositivo legal adequado.

b) quais partes devem figurar no polo passivo? Justifique, fundamentadamente, inclusive mencionando eventual modalidade de litisconsórcio.

**QUESTÃO 4 – Valor: 2 (dois) pontos. Máximo: 15 (quinze) linhas.**

Apurou-se por meio de inquérito civil que a empresa de mineração “Extrativa das Montanhas” obteve, no ano de 2022, do Estado de Minas Gerais, Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI) concomitantes, com dispensa de realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), para construção de barragem pelo método a jusante, destinada à disposição de 1.000.000 m<sup>3</sup> (um milhão de metros cúbicos) de rejeitos de mineração. A barragem pretendida se localiza a cerca de 9km (nove quilômetros) a montante do distrito de “Campineiros do Vale”, dentro da mancha de inundação hipotética e da zona de autossalvamento, com cerca de 1800 (um mil e oitocentos) moradores, cujas primeiras habitações datam de 1950.

Como Promotora ou Promotor de Justiça responsável pela investigação, interprete o caso à luz da legislação pertinente e indique a(s) medida(s) extrajudicial(is) e/ou judiciais eventualmente aplicável(is), com a devida fundamentação jurídica.